



Câmara Municipal de Urucuia

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 73.936.338/0001-23

Ofício nº: 049/2022

Urucuia/MG., 02 de setembro de 2022.

A Sua Senhoria

Vanessa de Oliveira Santos

Assistente Social - CRAS do Município de Urucuia-MG

Assunto: Solicitação de visita domiciliar.

Prezada Senhora,

Cumprimentando-o cordialmente, viemos solicitar a V. S^a. visita domiciliar ao Sr. Brasil na Fazenda Mião, proprietário José Augusto Cordeiro Lisboa.

Faz-se necessário a devida solicitação por motivo de denuncia anônima, que há neste local um Senhor conhecido por (Sr. Brasil) em situações desumanas, solicitamos ainda copias do relatório de visita realizado pela equipe.

a) O direito de petição aos poderes Públicos em defesas de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

O acesso a informações é exposto ao Público em geral, com garantia Constitucional previsto no supracitado artigo 5º, inciso XXXIV, na qual é regulamentado pela lei nº 12.527/2011.

Que dispõe em seu:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.



Câmara Municipal de Urucuia

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ 73.936.338/0001-23

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

O prazo constante da lei 9051/95 traz o prazo a ser obedecido por parte da administração pública, no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

Art. 1º As certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, requeridas aos órgãos da administração centralizada ou autárquica, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às fundações públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, deverão ser expedidas no prazo improrrogável de quinze dias, contado do registro do pedido no órgão expedidor.

Desta forma requer-se, que no prazo previsto em legislação supramencionada, seja disponibilizado o que requer.

Sem mais para o momento, reiteramos os nossos cumprimentos de estima e respeito.

Respeitosamente,


Albanita Anjos da Mata
Vereadora

José Weber Santos
Vereador